

GDF descarta eleição nas satélites

Luís Cláudio Alves

O estabelecimento de eleições diretas para as administrações das cidades-satélites está praticamente descartado. Os impecilhos vão desde a proibição constitucional à completa dependência econômica das satélites em relação ao GDF, passando também pela negativa do governador Joaquim Roriz, que não pretende dividir as prerrogativas de seu mandato com administradores eleitos. O secretário de Governo e ex-deputado federal constituinte, Carlos Sant'Anna, diz, taxativamente, que eleição direta para as administrações regionais é inconstitucional.

"Qualquer tentativa de dar independência política para as satélites, seja de forma expressa, com a municipalização, ou de forma camuflada, com a instituição de eleições diretas para os administradores, é evidentemente inconstitucional, pois contraria o artigo 32 da Constituição brasileira", argumenta Sant'Anna. O artigo a que se refere o secretário de Governo veda expressamente a divisão do DF em municípios.

No entendimento de Carlos Sant'Anna, o constituinte foi claro ao conceder autonomia política para o DF, proibindo a divisão dos poderes Executivo e Legislativo locais além do estabelecido. "Isso significa que o único chefe do Poder Executivo do DF é o governador", afirma ele. Para o secretário, a autonomia conquistada foi um grande avanço democrático e as lideranças políticas devem lutar para mantê-la e não para deformá-la.

Caminho legal — Pela linha de raciocínio do secretário Sant'Anna, as eleições diretas para os administradores só poderiam ser estabelecidas depois de uma alteração na Constituição, o que só pode acontecer por meio de uma emenda constitucional ou na revisão de 1993. O caminho mais fácil seria a revisão constitucional, mas o GDF teme que essa intenção traga consequências desastrosas.

Sant'Anna adverte que há o risco de que com a municipalização das satélites os revisores constitucionais acabem retirando-as da esfera do DF e passando-as para o domínio de Goiás ou mesmo de outro estado a ser criado. "Há um entendimento no Congresso de que o DF é uma unidade especial da Federação por abrigar a capital de todos os brasileiros e que, portanto, não pode ser divisível. Uma possível municipalização poderia implicar na restrição da capital brasileira apenas a Brasília e a vinculação das satélites com outro estado, o que é indesejável sob todos os aspectos e contraria o sonhado por Juscelino Kubitschek", argumenta.

A vontade popular pode pressionar os políticos a lutarem pelas eleições diretas nas satélites, mas o secretário de Gover-

no, embora reconheça no desejo do povo uma prática democrática, teme que o tiro acabe saindo pela culatra. Na opinião de Carlos Sant'Anna, as lideranças políticas do DF devem concentrar suas atenções para evitar que na revisão constitucional as conquistas democráticas já alcançadas não sejam ameaçadas.

Ele acha mais importante a classe política tentar a ampliação do quadrilátero do DF, passando dos atuais 5,4 mil para os 15 mil quilômetros quadrados originais conforme o delimitado pela missão Crulls, em 1892. "Desta forma, o GDF teria melhores condições para resolver os problemas da cidade e do seu Entorno", justifica o secretário de Governo.

Legislativo — Em meio às discussões sobre as eleições diretas para administradores das satélites, crescem as correntes no Congresso Nacional que querem restringir a autonomia política do DF. Não são poucos os que pensam em acabar com a Câmara Legislativa durante a revisão constitucional do próximo ano. Essas correntes reúnem desde o deputado federal petista Paulo Delgado (MG) a segmentos do PDS, PFL e membros do Governo federal. Os atropelos e desencontros cometidos pela Câmara Legislativa nos seus primeiros meses de funcionamento dão força a estas correntes.

Essas correntes não falam abertamente, mas há rumores de que até uma emenda constitucional, propondo o fim do Legislativo local, esteja pronta para ser apresentada. Para a deputada distrital Maria de Lourdes Abadia (PSDB), na revisão constitucional a autonomia do DF vai se deparar com dois caminhos: um que restringe e outro que amplia. A tendência, por enquanto, reconhece ela, é de restrição.

Maria de Lourdes diz que tem chamado a atenção de seus colegas distritais para este problema, buscando uma mobilização para evitar que o pior aconteça. "É lógico que encontramos algumas dificuldades neste começo, mas não podemos deixar que a demora na realização dos concursos públicos e na contratação dos aprovados, as denúncias de nepotismo, o aumento salarial diferenciado concedido recentemente e outros erros atrapalhem a imagem da Câmara Legislativa", defende a deputada do PSDB.

Absurdo — O secretário de Governo, Carlos Sant'Anna, considera um absurdo qualquer proposta que vise a acabar com a Câmara Legislativa. Segundo ele, o Legislativo local é uma necessidade democrática. "Se há problemas, vamos resolvê-los, mas nunca falar em acabar com a Câmara. Não é por causa de pequenos deslizes que vamos concordar com o fim da Câmara, pois o próprio Legislativo federal sofre dos mesmos problemas", opina o secretário.

